

4 - O comércio transaariano e os Estados do Sudão Ocidental

séculos VIII-XVI

Diego Souza Marques

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARQUES, DS. O comércio transaariano e os Estados do Sudão Ocidental: Séculos VIII-XVI. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 45-55. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O COMÉRCIO TRANSAARIANO E OS ESTADOS DO SUDÃO OCIDENTAL: SÉCULOS VIII-XVI

Diego Souza Marques

Durante o período que correspondeu à Idade Média européia pelo calendário cristão, os povos africanos não estavam vivendo em período pré-histórico, como muitos acreditam. Havia uma multiplicidade de formações estatais e sociais no continente, e alguns Estados africanos mantinham relações freqüentes com as sociedades que consideramos “avançadas” para o período, como as sociedades islâmicas do Oriente Médio, a Índia e a própria China da dinastia Ming. Para o pesquisador Basil Davidson, havia nesse período centros de comércio e de trocas maiores que os da Europa.

No presente texto, apresentaremos as relações das rotas e dos centros comerciais com as formações estatais do Sudão africano, através da formação, da sustentação e do declínio do Reino de Gana e dos Impérios do Mali e do Songai. Observaremos como se deu a relação das práticas comerciais com as estruturas de poder estatal, embora não se possa considerar que o comércio tenha sido um fator que determinou tanto a formação quanto o declínio daquelas formações estatais.

Caravanas e Centros Comerciais em Gana

Na região onde o deserto do Saara começa a se encontrar com o ambiente de savanas, o Sahel, existia uma relação entre os pastores nômades e os agricultores sedentários. A convivência entre esses grupos gerava, de uma forma mais generalizada, um intercâm-

bio complementar que pode ser entendido como uma espécie de comércio. Esterco para a fertilização e pasto para os animais são um exemplo.

Dentro dessa relação, também existe o fato da região do Sahel ser um caminho de direção dupla para as trocas entre o que vem do deserto e das savanas. Por ali passavam as caravanas das já tradicionais rotas do deserto, as quais também tinham suas próprias aldeias como intermediárias de trocas, criando assim uma rede que se configurava das mais variadas formas. Compra, venda, tributos de passagem, hospedagem, serviços de guia ou de proteção eram atividades freqüentes, que ligavam diferentes pontos do centro-norte do continente africano e que tinham o Sahel como ponto central desse movimento.

Iam para o Sudão africano, por exemplo, o sal, o cobre, bijuterias de vidro, pedras raras, perfumes, panos de algodão, tâmaras e espadas. Voltavam produtos como a goma, o âmbar cinzento, a pimenta malagueta, o marfim, peles, homens escravizados. Viagens essas que chegavam ao Sahel de camelo e, após, eram transferidas para lombos de jumentos, sendo às vezes transportadas pelos próprios homens. Entre tantas mercadorias, existiam as mais importantes e cobiçadas, talvez até pela sua própria importância tanto dentro da África como no exterior. Seriam elas o sal, o ouro e os homens escravizados.

Esses produtos que se deslocam nessa rede de forma mais importante que outros se relacionam diretamente com a formação de centros de poder e formas estatais. O acesso às salinas, assim como às minas de ouro, e o controle dos cruzamentos e eixos de difusão das rotas foram importantes para as relações de dependência e ligações que deram corpo aos reinos e impérios sudaneses. Um exemplo disso é o próprio tráfico de cativos na região subsaariana: uma aristocracia guerreira poderia se formar através da dominação e escravização de grupos e sua posterior troca com mercadores por artigos que fortaleciam práticas guerreiras (como os cavalos, por exemplo).

Dentro dessas características é que pode ter se dado o desenvolvimento do reino de Gana a partir do século VIII da era cristã.

Sua posição geográfica se localizava exatamente nessa área entre o Saara e as cabeceiras dos rios Níger e Senegal. Era uma posição fundamental para o controle das principais rotas de comércio entre o deserto e a savana. A “terra do ouro”, controlando o fluxo de ouro que vinha mais do sul e as fontes de sal, criou condições para a emergência de um poder militar e para sustentar um tipo de governo e províncias através da possibilidade de manutenção de instrumentos que serviam à prática guerreira e um corpo de funcionários administrativos.

Há possibilidades que a primeira dinastia do reino de Gana provenha de camaleiros do deserto que se instalaram nos portos do Sahel para adquirir, principalmente, o ouro. Dessa maneira, se criou também uma forma de penetração do Islã, e o reino começa a figurar entre os textos dos viajantes árabes.

Fica complicado relacionar as formas de poder de Gana com as questões comerciais pelo fato de o reino não ser uma unidade política no sentido tradicional do termo. Não era um império unificado e que buscava expansão territorial, mas se estendia através da influência sobre diversos súditos, juntamente com suas próprias características de organização, sendo assim uma soberania exercida sobre homens e não sobre a terra. No aspecto do comércio, era interessante para o reino manter e ampliar o controle sobre os sujeitos que atuavam nessas redes de circulação.

Esse caso se mostra, principalmente, na tensão com os berberes do deserto, os quais controlavam as rotas dos califas, o oásis, os poços do deserto e as minas. A cidade de Audagost, que se localizava nessa área de tensão, oscilava entre o conflito e a cooperação com Gana; seus comerciantes controlavam o comércio do sal e a saída das rotas para o deserto, enquanto Gana controlava o ouro e as trilhas para a savana e o cerrado. Com relações complementares, a cidade e o reino (que depois a incorporou, o que correspondeu ao apogeu do mesmo) não se desligaram totalmente, apesar do conflito. Cidades muito importantes, que geralmente

eram as que estavam no cruzamento de rotas ou eram as fontes de alguma riqueza, tinham certa autonomia e privilégios no reino. Outro exemplo pode ser a própria capital, Kumbi Saleh, que era dividida em duas, uma para a administração do reino e outra ligada aos comerciantes, principalmente muçulmanos.

Assim, o governante dependia do comércio para sustentar as estruturas do poder, e o declínio do reino de Gana coincidiu com a perda dessas rotas, principalmente pelo movimento de islamização “radical” dos almorávidas e posteriormente dos *almoôdas*¹ que, pouco a pouco, enfraqueceram o reino no século XII, monopolizando o comércio de ouro e a cunhagem de moedas. Não foi uma conquista do reino, mas o enfraqueceu a tal ponto que os mossis o tomaram militarmente, o que fez com que muitos mercadores soninquês (etnia dominante em Gana) emigrassem para outras áreas.

Rotas e Produtos do Império do Mali

Juntamente com a expansão islâmica África subsaariana adentro e o declínio do reino de Gana, podemos relacionar a ascensão do Império do Mali no século XIII. Em primeiro lugar, as conquistas dos povos sossos deslocam mais para o sul – do Sahel para a savana – o centro do comércio transaariano. As mudanças nas fontes de ouro durante o século XIII, indo mais para o sul, devido também às conquistas almorávidas e *almoôdas*, fizeram com que houvesse disputas para controlar essas rotas. Os *mansas* (futuro título dos imperadores do Mali) tiveram sua origem em grupos de

¹ Adeptos de movimento religioso muçulmano de caráter fundamentalista, fundado em torno de 1120 nas montanhas do Atlas por Ibn Tumart e chefiado militarmente por Abd al-Mumin como reação contra o estéril legalismo dos almorávidas, cujo puritanismo original teria sido corrompido. Os *almoôdas* pregavam um regresso à estrita moralidade e ao texto do Alcorão. Tomaram o poder no Magreb em 1148, estendendo suas conquistas militares aos domínios almorávidas em al-Andaluz.

caçadores ligados às minas de Buré, os quais impunham tributos aos que procuravam explorá-las. Assim, a proteção dessas rotas fez com que surgissem formas políticas organizadas de diferentes grupos nas savanas.

A partir dessas associações é que podemos entender o surgimento do Império do Mali. Sua extensão dominava as fontes do ouro, os portos caravaneiros e os caminhos que ligavam uns aos outros. Tomaram as cidades de Gao, Walata, Tombuctu e Djenne, as jazidas de sal de Tagaza e as minas de cobre de Tadmekka, tendo sempre o Rio Níger como seu eixo central, principalmente na circulação das riquezas.

Os caminhos que tinham essas localidades como principais eixos eram fortemente ligados. Ibn Battuta, viajante marroquino que visitou o Sudão em meados do século XIV, período de apogeu do Império do Mali, definiu essas rotas como caminhos seguros e que o comerciante não precisava levar grandes quantidades de provisões nas viagens, pois as aldeias tinham a estrutura necessária para alojamento e alimentação. A cidade de Djenne, por exemplo, era um importante centro produtor agropecuário e ligava a região de savana com a floresta, principalmente por causa do comércio de noz-de-cola. Essa floresta ganhou uma grande importância durante o Império do Mali, pois comerciantes entravam nela para trocar sal por ouro, criando novas relações com as regiões mais ao sul, juntamente com a expansão do próprio Islã.

O Islã já estava presente entre os governantes africanos desde o século XI, antes mesmo da expansão que enfraqueceu o reino de Gana. Mercadores islâmicos já podiam se fazer presentes na corte do imperador Sundjata Keita (1235-1255), e muitos comerciantes acabaram aceitando o Islã (além dos próprios muçulmanos que já praticavam o comércio na região), o que melhorou as relações políticas com berberes do norte e as próprias relações comerciais, ao mesmo tempo em que criavam algum critério de unidade em um império muito heterogêneo.

A influência do Islã alcançou o ponto máximo depois da peregrinação do *Mansa* Mussa à Meca, em 1325. Ele levou tanto ouro em sua passagem pelo Egito que chegou a desvalorizar o metal na região. Do mesmo modo, trouxe na viagem de volta credores e muitos artistas, o que propiciou posteriormente o surgimento de uma elite de letrados, principalmente em Tombuctu e Djenne, o que fez com que a Europa passasse a se interessar por aquele império, levando a que, algum tempo depois, o eixo comercial se deslocasse do deserto do Saara para a costa atlântica durante a segunda metade do século XV.

Esse comércio era então essencial, pois era dele que provinham as tributações que sustentavam o poder. O ouro do *mansa* provavelmente vinha de armazéns onde se acumulava o metal nas regiões auríferas, ligados aos impostos do comércio de longo curso. Assim se podia presentear a aristocracia e os chefes aliados, trazer as novidades que estavam restritas a uma elite dos grandes centros urbanos, como artigos de luxo, letrados e doutores da fé. Os cavalos, tão importantes para a aristocracia guerreira, tinham seu comércio monopolizado pelo *mansa* e eram trocados por escravos.

De modo semelhante ao que ocorria em Gana, a organização política do Império do Mali se baseava na imposição de autoridade sobre um aglomerado de reinos ou chefaturas. Desse modo, o império era heterogêneo e comportava poderes locais que mantinham linhagens próprias no controle das áreas, ao mesmo tempo em que estavam subordinadas ao poder central do *mansa*. Somente nas localidades de grande importância estratégica ou comercial é que o governo mantinha um controle direto, através de algum membro da família real ou de algum escravo da corte. Assim, esse império se mantinha de forma flexível e com fácil incorporação de novos chefes locais, que poderiam manter seu poder ao mesmo tempo em que estavam ligados a uma poderosa organização militar e política.

Essa estrutura poderia também ser proveitosa para os próprios comerciantes, pois facilitava – apesar da tributação e de alguns mo-

no pólios do *mansa* – seu deslocamento através de um território seguro e as possibilidades de negócios com uma rede bem extensa. No período de apogeu do Mali, certos grupos de comerciantes chegaram a estabelecer uma rede comercial especializada, tendo relações com povos das florestas e do litoral. Eram verdadeiras companhias que chegavam a ter escolta própria e um serviço de correios.

A heterogeneidade desse império foi o que preparou seu declínio a partir do século XV. Conflitos internos dentro dessas redes foram enfraquecendo o controle sobre os poderes locais, ao mesmo tempo em que novos inimigos do império estavam se formando na região do Sudão. Aliado a esses fatores, existe outro, não menos importante: o gradual deslocamento do centro de riquezas do Mali para a costa atlântica.

No âmbito externo, o Mali começou a sofrer ataques dos berberes, de tuaregue e do Império Songai. Cidades como Tombuctu, Walata, Nema, Djenne e Gao foram tomadas, enfraquecendo a influência do império no Sudão e no Sahel. Ao mesmo tempo, no norte do Sudão, desenvolvia-se outra potência na região dos povos fulas, o que fez com que os caminhos que ligavam o Ocidente com o Oriente africano deixassem de ser controlados pelo Mali. Dessa maneira, as caravanas tinham que desviar em suas rotas tradicionais, deslocando o comércio de ouro para a região do Gâmbia, perto do litoral atlântico.

As províncias da região do Rio Gâmbia não tinham muita importância para o império até a metade do século XV. Começou, então, a se desenvolver ali uma relação comercial com os portugueses, transformando essa região em um importante centro de trocas para os europeus, em contraste com as relações com os muçulmanos na região transaariana.

Os portugueses procuraram, então, ganhar a confiança de chefes locais, enviando, inclusive, missões diplomáticas para tratar de negócios com os soberanos. Importantes cidades se formaram ao longo do Rio Gâmbia, e os poderes locais começaram a se emancipar do domínio do *mansa*. Já no século XVI, com o declínio do comércio do ouro no Sudão, os *manden* passaram a se deslocar para o sul, região de florestas, para as rotas das nozes-de-cola.

O Comércio no Império Songai

De forma relativamente paralela ao desenvolvimento do Império do Mali, pode-se contar a emergência dos songais, que conseguiram sua independência frente aos manden já no século XIII. No século XIV, assumiram o controle sobre a região de Gao, importante cidade que se tornou a capital do futuro império. Organizaram-se na região da Curva do Níger, constituindo sua força militar nas canoas que subiam e desciam o Níger, ao mesmo tempo em que suas incursões militares tinham por característica inicial a pilhagem. No século XV, tomaram a iniciativa contra o Mali os tuaregues, os mossis e os fulas, principalmente na disputa pela tomada de Tombuctu, na época em que o poder do *Mansa* estava mais deslocado para o litoral.

A expansão militar songai aconteceu durante o reinado de Sonni Ali (1464-1493), que abandonou as práticas de pilhagem e deu início a uma conquista territorial. O império passou a dominar, então, importantes centros de comércio ao mesmo tempo em que sua estrutura política começou a ser centralizada, baseando-se em princípios islâmicos e consuetudinários. Tinha um forte corpo de funcionários reais, como os comissários que eram enviados periodicamente às províncias, para, entre outras funções, arrecadar impostos extraordinários dos comerciantes das grandes cidades.

As cidades mantinham uma certa autonomia frente à intervenção direta dos *askiyas*.² Muitos funcionários administrativos realizavam as mais diversas funções nesses grandes centros de comércio, o que fazia também com que as questões de “regularização” das práticas de negócios fossem mais bem claras. Policiamento dos mercados, inspeção de pesos e medidas, coleta de impostos e inspeção das alfândegas eram atividades desempenhadas em nome dos governantes songais. Além dos impostos colhidos através de uma “burocracia”, outras fontes de renda para a manutenção do poder vinham dos

² Título dos governantes songais.

rendimentos das propriedades do soberano, dos impostos sobre colheitas, das taxas e dos direitos alfandegários sobre o comércio.

Quatro grandes e antigas cidades passaram a fazer parte do Songai: Tombuctu, Walata, Djenne e Gao. Esses centros tinham grandes contatos com os mercados do Saara e com a Europa mediterrânea. Os comerciantes eram bem organizados ao longo das rotas, tinham sucursais em algumas aldeias, frotas comerciais no Rio Níger, camelos, bois e jumentos para o transporte de mercadorias e as habituais referências de valor que funcionavam como moeda (principalmente o ouro, o sal e o cobre). Os laços de parentesco exerciam grande importância nas práticas comerciais, e até mesmo alguns camponeses, artesãos e religiosos participavam dos intercâmbios.

Com um comércio bem organizado e um sistema de governo mais coeso do que os Estados que o antecederam, o Império Songai alcançou uma extensão territorial que integrava o litoral atlântico, o sul do Saara, o Sahel, as savanas, e se estendia na direção leste. As redes comerciais se desdobravam tanto dentro do Sudão seguindo, principalmente, o Rio Níger, quanto para fora do continente.

Tamanha extensão de influência levou a um conflito com o Marrocos, com quem o Songai disputava o controle das fontes de sal do Saara central. No século XVI, os sultões marroquinos reivindicaram o direito de propriedade sobre elas, aproximadamente no mesmo período em que o Marrocos assumiu o controle das fontes de ouro. Na guerra que se sucedeu, os exércitos marroquinos, munidos de armas de fogo, levaram a melhor, invadindo e destruindo o Estado Songai em 1591.

Considerações Finais

Vimos no presente artigo que as rotas de comércio, suas fontes de riqueza e a circulação de mercadorias através delas se relacionaram estreitamente com as formas de poder no Sudão africano. Nos mapas, os limites desses Estados se sobrepõem às rotas e às cidades comerciais, e

tanto sua ascensão quanto seu declínio estão relacionados a elas. Podemos notar também que o próprio comércio às vezes não seguia uma lógica territorial de reinos – o caso das relações entre a cidade de Audagost com o reino de Gana é um bom exemplo disso. Isso ocorria porque naquele momento não havia limites territoriais bem definidos, mas prevalecia uma forma própria de organização daqueles Estados. Tratava-se de aglomerados de reinos e poderes locais que formavam redes.

Outro ponto importante é que, em muitos casos, o comércio era voltado mais para um sistema de trocas do que para algum tipo de excedente que desenvolvesse uma estrutura “econômica”. Os produtos trocados eram tributados, produzindo em grande parte a riqueza que constituía a base de sustentação do poder dos soberanos.

Além dessas formas internas que faziam com que o Reino de Gana e os Impérios do Mali e Songai ganhassem corpo e continuassem a se manter, a relação com o exterior também foi muito importante. As atividades comerciais ligavam-nos ao Mar Vermelho e ao norte da África; ao Mediterrâneo já no século XV e ao Atlântico no século XV. O Sudão africano ligava-se desse modo a uma economia “mundial” que estava em desenvolvimento no início da era moderna europeia.

Referências

- IBN BATTUTA. *A través del Islam*. Madrid: Editora Aliança, 1987.
- CISSOKO, Sékéné Mody. Os songhai do século XII ao XVI. In: Djibril Tamsir NIANE (Coord.). *História geral da África*. São Paulo: Editora Ática/UNESCO, 1978. Volume IV, A África do século XII ao século XVI.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1996.
- DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Livraria Sá de Costa, s.d.
- HUSSAIN, Monés. Las rutas de comercio en el sahara africano segun los escritores árabes. In: *Actas IV congreso de estudos árabes e islâmicos*. Coimbra-Lisboa, 1968.

LY-TALL, Madina. *O declínio do Império do Mali*. In: Djibril Tamsir NIANE (Coord.). *História geral da África*. São Paulo: Editora Ática/UNESCO, 1978. Volume IV, A África do século XII ao século XVI.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra – história e civilizações*. Lisboa, Editora Vulgata, 2003.

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão *manden*. In: _____. (Coord.). *História geral da África*. São Paulo: Editora Ática/UNESCO, 1978. Volume IV, A África do século XII ao século XVI.